



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

TRAJETÓRIAS IDENTITÁRIAS E TRABALHO FEMININO NAS UNIDADES OPERACIONAIS DA POLÍCIA MILITAR DE SERGIPE

Élida Damasceno Braga¹

(NPPCS/UFS)

elidabraga74@gmail.com

1.INTRODUÇÃO

No mundo do trabalho as transformações são freqüentes. As inovações tecnológicas, o mercado e a concorrência acirrada contribuem para que essa dinâmica atinja os mais diversos setores. A inserção da mulher no mercado de trabalho avança conjuntamente com esse processo de mudança, perfazendo um campo vasto para estudos empíricos, no qual o papel da mulher, nas várias esferas de atuação, produz espaço propício para fomentar discussões na área das Ciências Sociais.

Tais transformações ocorrem também no contexto da segurança pública brasileira. Nas últimas três décadas é possível verificar a tentativa de implantar um novo modelo de segurança no país, tendo relevância, segundo Porto (2009), o fato de a violência urbana propagar-se de maneira tal que, a sociedade conclama por ações e decisões por parte do Estado a fim de minimizar a criminalidade e a violência. Outro ponto importante dentro da temática de segurança pública é a articulação do Estado em prol de se mudar a imagem da polícia perante a sociedade.

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Mestranda em Sociologia pelo Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (NPPCS/UFS). Pesquisa orientada pelo Prof. Dr. Paulo Sérgio da Costa Neves.



Na verdade, a abordagem referente ao campo da segurança pública brasileira é uma temática complexa que envolve múltiplos contextos e variações. Dentro dessa ótica queremos nos debruçar sobre o trabalho feminino nas unidades especializadas, a saber, o Batalhão de Choque da Polícia Militar de Sergipe. Por se tratar de um ambiente cujos modelos masculinos tradicionais são amplamente difundidos, surgem, assim, alguns questionamentos em torno de saber se há situações de discriminação no seio dessas relações? E quais seriam? Como são elencadas as questões do justo e do injusto no cotidiano laboral? Em que medida o reconhecimento profissional tem importância nesse contexto? Eles (as) se identificam com o que fazem? Dessa forma, se pode pensar não em um trabalho unilateral, mas na vivência cotidiana entre homens e mulheres que desempenham funções específicas no âmbito policial, buscando, assim, abrigar essas questões em uma questão mais ampla que problematiza a pesquisa: Como os operadores de segurança pública que atuam no policiamento operacional estabelecem as relações sociais de gênero, tendo em vista o modelo masculino já estabelecido, no cotidiano das práticas ostensivas?

Dessas inquietações surgiu a presente pesquisa, em andamento, que visa compreender como se dão as relações sociais de gênero estabelecidas no âmbito do Batalhão de Choque da PMSE, bem como as demandas por justiça e reconhecimento suscitadas das relações entre os operadores de segurança pública. Propomos aqui uma incursão teórica, buscando apresentar o universo estudado e esclarecer questões relativas ao processo de incorporação da mulher ao serviço policial. Dessa maneira, busca-se a compreensão de como se efetivam as relações de gênero no espaço acima citado.

A pesquisa se coloca na tentativa de verificar a hipótese de que as relações de gênero que se dão no ambiente operacional da Polícia Militar de Sergipe são orientadas por relações de poder atreladas aos mecanismos de controle comuns às instituições totais. Estes mecanismos levam os operadores de segurança, em especial as mulheres, a desenvolver demandas por reconhecimento profissional a fim de promover a equidade, tornando essas relações mais justas.



Assim sendo, a relevância deste trabalho está em promover e dar visibilidade às possíveis diferenças de gênero que permeiam o trabalho policial, bem como seu impacto na produção de subjetividades destes (as) sujeitos. Sujeitos estes (as) que visam à equidade como princípio constitucional, para os quais a regra é aplicada a fim de deixá-la mais próxima possível do que é justo.

2. MULHERES POLICIAIS E A DIVISÃO DO TRABALHO

Nesse ponto começa a construção do objeto de estudo, ou seja, as relações sociais de gênero no âmbito do Batalhão de Choque. Tal perspectiva se insere na sugestão de “reterritorialização” da discussão sobre trabalho e mulher proposta por Castro e Lavinás (1992). Para as autoras a mudança de foco de estudo de mulher para uma contextualização da mulher em áreas diversas proporciona uma abertura para um campo de estudos de modo mais amplo. Dessa forma,

Não basta indicar o lugar onde estão as mulheres, o que fazem, ou o que não fazem. É preciso aprender a alquimia das relações sociais que são também constitutivas das relações de gênero e vice-versa. Um dos desafios que nos aguardam é pensar em como fazê-lo. Trabalhar o processo de formação das identidades sociais à luz das relações sociais de gênero permite interpretar a dinâmica da construção dos sujeitos sociais sexuados. Dinâmica que incorpora necessariamente outros registros, além de gênero, mas que não pode prescindir deste, sob pena de fragmentar o real (CASTRO; LAVINAS, 1992, p.217).

Alguns estudos traçam a história da inserção das mulheres na atividade policial no Brasil, mais especificamente relacionados à Polícia Militar. Dentre eles, os trabalhos de Listgarten (2002), Calazans (2003), Soares (2005), Capelle (2006) e Schactae (2006), conduzem a uma análise reflexiva sobre a constituição do trabalho feminino no âmbito policial, contribuindo significativamente para este estudo.

Através da história é possível encontrar a participação da mulher nas questões de guerra desde a antiguidade no que se refere aos cuidados. Entretanto,



quando as mulheres assumiam atividades que a tornavam também guerreiras eram vistas como transgressoras dos papéis natural do feminino, os quais foram socialmente identificados. Assim acabavam por legitimar o domínio masculino, haja vista este ser o modelo (SCHACTAE, 2010).

Na década de 1950, foi criado em São Paulo, o “Corpo de Policiamento Feminino”, sendo este o estado que primeiro abriu espaço para as mulheres no campo da segurança pública. A partir de 1970, as polícias brasileiras passaram por um processo de militarização e foram comandadas por oficiais do exército com o intuito de melhorá-las, aperfeiçoá-las, associando a padrões de burocratização excessiva, já existentes no Exército Brasileiro. As mulheres foram inseridas nesse contexto com o intuito de amenizar a imagem da segurança pública em tempos de ditadura militar. A elas foram atribuídas tarefas de humanização da polícia, a fim de reconstruir uma imagem menos repressiva da polícia (MOREIRA; WOLFF, 2009).

As policiais femininas eram, portanto, o cartão de visita da instituição. Havia espaços e afazeres determinados, utilizando-se da imagem de mulher maternal, feminina, condições estas que lhe foram naturalmente atribuídas ao longo da história. Nesse caso, isto se dava em espaços previamente pensados para veicular a imagem de auxílio, proteção, que fossem de grade alcance visual, com a finalidade de promover uma imagem da polícia mais próxima da idéia de moralidade e maior credibilidade² junto à sociedade. Assim, com a inclusão das mulheres na polícia poderia se pensar em “uma mulher policial militar detentora de um poder humanizador e civilizatório, circulando em espaços de visibilidade destinados culturalmente às camadas médias desempenham o policiamento que cuida, orienta e protege” (MOREIRA; WOLFF, 2009, p.64).

Seguindo a linha histórica, podemos perceber um quadro de muito tradicionalismo em relação às questões do policiamento no Brasil. Um momento crítico, década de 1980, a crise policial, abertura política depois de tantos anos sob o regime autoritário, torna premente a necessidade de mudanças no âmbito da Segurança Pública

² Termo utilizado por Marta Esteves Calazans em seu artigo intitulado: Polícia e gênero: mulheres na polícia ostensiva, publicado em 2007 no Fórum Brasileiro de Segurança Pública.



no país. De imediato, era preciso dar um caráter mais sociável às atividades policiais, haja vista toda a marca negativa de coerção e truculência nas relações estabelecidas com a polícia até então. É nesse contexto que surgem as primeiras mulheres policiais no país (SOARES, 2005). Ao mesmo tempo em que, mudanças paradigmáticas ocorriam no mundo do trabalho, também oportunizara a inserção de mulheres nesse contexto. Contudo, a polícia, ainda atrelada ao militarismo, parecia não está preparada para esta nova composição em seus quadros e efetivos, a mulher policial.

Numa instituição composta majoritariamente por homens, como é o caso da Polícia Militar, na qual padrões de virilidade, força física, capacidade para a ação são amplamente difundidos, pensar em atributos de feminilidade e porte de arma em um mesmo ser era improvável. Evidenciar os atributos de feminilidade se tornara imprescindível para mantê-las na função maternal socialmente aceita, haja vista

A maternagem pensada como inerente à mulher ser a base discursiva de sua inserção nesse espaço até então considerado viril e sinônimo de masculinidade. Ao se reafirmar a idéia de que as mulheres teriam uma natureza feminina marcada na “formação psicológica peculiar” possibilitaria um melhor com menores e outras mulheres tentam-se construir/reconstruir uma imagem de polícia mais preventiva e menos repressiva (MOREIRA; WOLFF, 2009, p.59).

Segundo Takahashi (2002), a disciplina e hierarquia constituem o caráter central da identidade militar. A autora coloca que, a mulher, ao entrar em uma instituição militar, incorpora os vários papéis existentes no espaço institucional, constituindo-se em militares e não mulheres militares. Uma vez inseridas, há, de acordo com a pesquisa de Maria Celina D’Araújo³, a construção de uma identidade feminina pautada na fragilidade e sensibilidade, onde aos homens cabe o dever de protegê-las, livrando-as das funções de combate por serem frágeis e indefesas, não servindo para tais atividades.

É nesse contexto já estabelecido culturalmente que a participação feminina se efetiva gradualmente. Segundo Hall (1997), a cultura é concebida como um campo de luta e contestação, no qual produz tanto os sentidos quanto os sujeitos que constituem os

³ D’ARAÚJO, Maria C. Mulheres, homossexuais e Forças Armadas no Brasil. In: [HTTP://www.resdal.org/lasa-04-daraujo.pdf.html](http://www.resdal.org/lasa-04-daraujo.pdf.html) acesso em: 28/02/2011.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

diferentes grupos sociais em sua singularidade. Compreende-se, portanto, que a cultura precisa ser analisada quanto ao seu impacto na constituição da subjetividade, da própria identidade e da pessoa como um ator social, em meio à construção dessas identidades.

De acordo com Hall (2003), tais identidades resultam do deslocamento do sujeito, ou descentramento do mesmo, em relação ao sujeito moderno de identidade fixa e estável, descritos através de rupturas nos discursos do conhecimento moderno. Uma dessas rupturas se dá com o feminismo, a partir da década de 60, tanto como crítica teórica quanto movimento social. O ponto de deslocamento a que Stuart Hall se refere está no fato de que, com o movimento feminista, abriu-se campo para contestação em diversos pontos da vida social, tais como, família, sexualidade, divisão do trabalho, cuidado com crianças, formação de identidade de gênero, entre outros.

Essas rupturas, nas quais o sujeito é resultado de identidades inacabadas, fragmentadas, produzindo variedade de diferentes posições do sujeito, Stuart Hall denominou de Modernidade tardia ou pós-modernidade. Segundo Capelle (2006), a situação que as mulheres passam no serviço operacional é característica desse momento e, portanto, estão vivenciando diferentes visões sociais em variadas posições, despertando nas policiais uma reflexão, na qual pode haver tanto transformação como acomodação ao modelo já existente.

Dentro desse contexto múltiplo e complexo de transformações ocorridas no mundo do trabalho, como a crise do capitalismo e suas conseqüências tanto nas relações sociais como nas questões de qualificação profissional; o controle do corpo através das técnicas de concepção, permitindo a manipulação do tempo e das vontades de ambos os sexos, a mulher foi se individualizando, haja vista o prazer ter se dissociado da procriação (ROUDINESCO, 2003). Por conseguinte, as mudanças também atingiram o foco da atividade policial. Para atender às novas demandas da Segurança Pública que indicava um caminho de prevenção, ao invés de coerção, encontram-se no trabalho feminino as qualidades necessárias para implantação desse novo modelo. Assim, a mulher foi incluída no contexto da atividade policial militar, com intuito de desenvolver trabalhos burocráticos e, quando muito, de cunho social. Logo, a ideologia de ser naturalmente inferior aos homens ainda as mantinham longe do trabalho ostensivo.



Nesse ínterim, as mulheres policiais conquistaram espaço no serviço operacional, desempenhando funções anteriormente impensáveis para a mulher. O modelo de segurança pública orientado para uma polícia proativa, baseado na doutrina dos Direitos Humanos, abre espaços para se pensar o outro dentro da própria instituição militar. Trata-se do novo perfil policial voltado para uma polícia de aproximação. Podemos, assim, pensar a inserção das mulheres como um marco significativo para a Instituição policial, na qual se produziu mudanças internas. Dessa maneira, é importante reconhecer que

as mulheres, mesmo como minorias simbólicas, em uma instituição pautada pelo paradigma da masculinidade, introduziram a lógica da diferença, uma vez que produziram desacomodação, desestabilização e desorganização interna nessas instituições, colocando possibilidades de pensar o medo, o risco do ofício de polícia e um questionamento a respeito da ordem estabelecida (CALAZANS, 2007, p.146).

A propósito é preciso salientar que a Política de Direitos Humanos vem sendo bastante difundida nas polícias militares brasileiras, ampliando sua linguagem e contemplando preocupações como as questões de cidadania feminina bem como as de gênero nas últimas décadas (PITANGUY; MIRANDA, 2006). Então, as mulheres, agentes que fazem parte dessa conquista histórica, têm na política de Direitos Humanos que é, atualmente, a base para a formação dos operadores de segurança pública no país, a abertura para que se reconheçam, no corpo social, as desigualdades existentes, bem como a consolidação da democracia (NEVES, 2009).

Na pesquisa de Capelle (2006), a questão da trajetória das mulheres na Polícia de Minas Gerais, na qual se procura uma inserção mais completa da mulher na polícia através de mais espaço no policiamento operacional, aparece de forma que, a sociedade entenda a importância da mulher na polícia e que se possa transformar as relações sociais que vivenciam e a forma como a atividade fim é desempenhada. A autora mostra que a participação das mulheres nas equipes operacionais, com maior ostensividade, é uma estratégia que se mostra capaz de promover reflexão sobre os conflitos que surgem, já que não se pode negar que eles existem, subjugando-as e frustrando-as, tão somente sem uma real contribuição laboral.



Em Sergipe, a iniciativa de incluir mulheres nos quadros da Polícia Militar deu-se no final da década de 1980, quando as duas primeiras mulheres da PMSE, no ano de 1988, foram inseridas no Curso de Formação de Oficiais (CFO) em Pernambuco. Desde então, elas têm, efetivamente, feito parte de todos os quadros de acesso da corporação. Em 1989, por exemplo, foram enviadas, mais duas mulheres, desta vez ao Estado o Pará, para o Curso de Formação de Sargentos (CFS), passando, posteriormente, o processo de formação a ser executado, no âmbito de praças, no CFAP - Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da PMSE.

Em um contexto mais amplo, a Polícia Militar do Estado de Sergipe conta, atualmente, com oito Batalhões distribuídos na capital e interior. Dentre eles, destacam-se as unidades especializadas que atuam no policiamento ostensivo. O exercício da atividade fim nas polícias é regulado por normas e procedimentos padrões que operacionalizam as ações, visando o desempenho das funções com segurança e respeito aos direitos individuais e garantias fundamentais do cidadão. Dentre as unidades especializadas no policiamento ostensivo está o Batalhão de Polícia de Choque (BPChoque) criado em 20 de dezembro de 1979. Hoje, conta com um efetivo de 190 policiais, distribuídos em três companhias. A 1ª CPChoque⁴ é responsável pelo Controle de Distúrbios Cíveis (policiamento em presídios, estádios de futebol, reintegração de conflitos agrários) ; a 2ª CPChoque é composta pelo Tático Motorizado, atuando, na capital e área metropolitana, no policiamento ostensivo com viaturas e no combate a criminalidade na área bancária e periférica; e a 3ª CPChoque composta pelo Canil, atuando nas praças desportivas e repressão às drogas⁵. Para uma rápida identificação do universo abordado, vejamos a definição na qual

A Tropa de Choque é um Corpo de Polícia especializado em controlar grandes multidões em manifestações, que geralmente encontram-se eufóricas, havendo em algumas ocasiões a necessidade de utilização de métodos que vão além da simples verbalização, tais como: bombas de efeito moral, gás de pimenta, tiros de munição de borracha (anti-motim) e a própria força, sendo em muitas delas para se defender e defender as pessoas que estão alheias a tais manifestações e querem apenas a garantia basilar de ir e viu ou de poder trabalhar, devendo tomar tal proporção apenas no intuito de não permitir que tal desordem se transforme em um verdadeiro caos (FERREIRA, 2008).

⁴ Companhia de Policiamento de Choque

⁵ Dados obtidos com o responsável pela sargenteação (setor pessoal) do Batalhão.



Assim, o interesse por essa pesquisa partiu dos questionamentos oriundos da vivência cotidiana na instituição, a curiosidade acerca da incorporação das mulheres policiais aqui em Sergipe e o fato de estar em um ambiente onde o *ethos* da masculinidade, ou seja, a concretização da masculinidade, do que é esperado desta, é o paradigma a ser seguido. Esse contraste de estar em um local apenas pensado para homens, onde a base para o bom desempenho profissional é atrelada a atributos tipicamente masculinos, me fez querer compreender e saber mais sobre um universo empírico que se abriu, sobremaneira, às oportunidades de observações.

As dificuldades encontradas por mulheres que adentram em carreiras masculinas são abordadas em uma pesquisa realizada por Lombardi (2010) que trata da inserção de engenheiras na carreira militar, na Marinha de Guerra do Brasil, duas profissões tipicamente masculinas. A inserção de mulheres nas forças armadas permitiu a conquista de espaços até então restritos à presença feminina, entretanto, mesmo aprovadas em concurso, elas ainda sofrem resistência por partes dos engenheiros. Lombardi aponta para a questão da demonstração de competência profissional e de postura profissional, como uma necessidade das mulheres de se impor perante eles.

Souza (2009), aponta para uma tendência à invisibilidade o trabalho desenvolvido pelas mulheres policiais na Polícia Militar de Sergipe, onde as mesmas são apontadas como frágeis e delicadas, sendo colocadas, em sua maioria, para exercer trabalhos administrativos. Esse fator,

impede uma inserção plena na corporação, para além dos espaços tipicamente “femininos” onde o seu habitual “zelo” e “sensibilidade” seriam mais ajustáveis. Em certo sentido, tal como será discutido, as mulheres continuam a ocupar simbolicamente um lugar marginal na Polícia Militar. Na PM, a rua e o confronto com as situações de risco permanecem como critérios balizadores da “verdadeira” função policial e que tem na atividade-fim um espaço reservado aos homens (SOUZA, 2009).

Essa dificuldade, enfrentada por mulheres no mundo do trabalho, a falta de visibilidade, é citada por Abramo (1998), como a necessidade de que se descubra a mulher em relação à empresa, produção e trabalho, bem como repensar o próprio conceito de trabalho e suas inúmeras realidades, as quais precisam de melhor



caracterização. Ilustra-se, portanto, um tratamento bastante limitado quanto à inserção das mulheres nas polícias, apontando para os ideais de naturalização do trabalho imposto a ela debaixo de uma ótica machista. Assim,

[...] beneficiando-se da lógica do capital, as mulheres chegaram às instituições policiais no momento de mutações, precarização, globalização e de feminização do mundo do trabalho, encontrando no interior do aparelho policial militar, uma estrutura vertical, pautada pela divisão hierárquica do trabalho, como um modo e meio totalizante de mediação de relações. Esses modos e meios são determinados, envolvidos e sustentados institucionalmente pelos chamados círculos de convivência de oficiais e praças, passando a ter no gênero dos trabalhadores mais uma fonte de referência nas diversas lutas de poder. Assim, identificamos que o processo de inserção feminina nas polícias constitui um processo de características mundiais, guardadas as devidas proporções, o qual se caracteriza por um modo de inclusão-exclusão-dominação (CALAZANS, 2004, p.145).

Fazem parte dessas características e transformações ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas, o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro data dos anos de 1970 (BRUSCHINI, 1994). Transformações sociais de ordem econômica, social e geográfica têm incidência direta na composição da força de trabalho. As mudanças de valores relativas ao papel da mulher e o aumento da presença feminina no espaço público, controle da fecundidade e expansão da escolaridade, também contribuíram para este processo.

Contudo, a divisão sexual do trabalho limitou uma boa parte dessa força de trabalho. As mulheres eram alocadas em trabalhos tipicamente femininos, tais como, empregadas domésticas, operárias, secretárias, balconistas, professoras, enfermeiras, tendo número bastante significativo ligado ao setor de terceirização dos serviços que aumentou, consideravelmente, na década de 80. Outra questão relevante é a desigualdade salarial entre homens e mulheres, haja vista a condição sexo ser uma variável responsável por diferenças salariais, juntamente com a variável cor, influenciando, consideravelmente, para a intensa desigualdade salarial entre homens e mulheres.

Tal divisão sexual é apontada por Hirata (2009), como um marcador bem definido da precarização do trabalho feminino. No entanto, o trabalho desenvolvido na Polícia Militar, de modo geral, se define pela igualdade de horas trabalhadas, proteção



social, aposentadoria, tudo se dá em um mesmo nível para os que ali trabalham. O que justifica a precarização a que Hirata se refere é a dificuldade em obter uma qualificação formal, pois os cursos disponibilizados pela polícia para as unidades operacionais são bastante disputados. A variável de gênero também referida por Abramo (1998) como fator que marca o processo de precarização, aparece mais fortemente no contexto policial, o que nos remete à questão da inserção excluída proposta por Posthuma (1998). As formas precárias de inserção no mercado de trabalho, segundo esta autora, exclusão das oportunidades para desenvolver novas habilidades, constitui, em si, uma inserção excluída. A posição das mulheres no mercado de trabalho traz limitações do acesso das mesmas às oportunidades de treinamento e qualificação através de capacitação profissional.

Com o crescimento da produção e produtividade, aliado à competitividade internacional, houve interferência direta no nível de emprego industrial com intensa seletividade das políticas de pessoal. Desse modo, o enxugamento refere-se a diversos segmentos, dentre eles as mulheres que, mesmo as mais escolarizadas, ganham menos que os homens. Contudo, verifica-se um intenso ingresso feminino no mercado de trabalho, variando segundo suas implicações. As mulheres hoje ingressam mais velhas, casadas e mãe, diferente do que acontecia até os anos 70. Há, então, a feminização de certas atividades tipicamente masculinas. Entretanto, a participação masculina também aumenta nos redutos femininos através da mixicidade em alguns segmentos, devido às condições de encolhimento dos postos de trabalho (GUIMARÃES, 2001).

Logo, no interior da instituição militar também são mantidos os mesmos padrões sociais que se referem à mulher fora dela, ou seja, a reprodução dos papéis que mantém as relações de dominação do masculino sobre o feminino. O masculino, segundo Cruz (2009), é o sujeito do trabalho apresentado como universal. Esse domínio a que Cruz se refere, no qual as mulheres estão sujeitas, está ligado ao fato de, historicamente, não serem vistas como indivíduo, mas como grupo.

Nesse contexto de dominação, vale ressaltar a questão do consentimento que, para Colling (2004), é central no funcionamento de uma estrutura de poder, suscitando a adesão por parte da esfera dominada, neste caso, as mulheres. O



consentimento dado pelas mulheres ao se manterem invisíveis, em sua maioria, no contexto policial militar, tende a perpassar por uma sistemática de trocas pelo fato de que houve abertura em um espaço, até então, estritamente, dominado por homens. Dessa maneira, quando se pensa na questão da segregação ocupacional pela ótica do consentimento, é que a maioria das policiais femininas se permite ocupar cargos e funções dentro da instituição, nos quais se mantém hierarquicamente inferiores como se ali fosse uma transposição do mundo privado.

De acordo com Cruz (2009), os conceitos de público e privado, sendo este proposto como ambiente destinado à mulher, vêm se constituindo como ferramenta importante para a teoria feminista. A quebra dessas fronteiras envolve análises e mudanças nas formulações propostas pelo movimento feminista⁶. Ainda conforme o pensamento de Cruz, no qual a movimentação da mulher na esfera pública do trabalho é parte integrante do processo, embora a mesma tenha sido oculta de ser sujeito dessa história, nos remete ao ambiente proposto para esse trabalho, ou seja, as unidades operacionais da Polícia Militar, que são carregadas historicamente por marcas profundas no seio da sociedade, as quais foram geradas desde a sua criação. Isso por si é um vasto campo de estudo, pois as transformações ocorridas nesse processo, as representações sociais⁷, dele advindas, bem como suas construções, são bastante diversificadas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto procurou mostrar elementos da pesquisa que está em desenvolvimento, percorrendo historicamente o trabalho da mulher nas últimas décadas. Dentro dessa perspectiva foi possível caracterizar no mundo do trabalho a questão da

⁶ (CRUZ, 2009, p.101)

⁷ O conceito de representação social foi proposto por Moscovici na década de 60 e refere-se a «um conjunto de conceitos, proposições e explicações criados na vida quotidiana no decurso da comunicação interindividual». (MOSCOVICI, 2003)



divisão sexual, contextualizando com o trabalho ora desenvolvido pelas mulheres que atuam no Batalhão de Choque da Polícia Militar de Sergipe. A pesquisa, que visa analisar as relações de gênero que ocorrem no referido local, pretende esclarecer vários pontos ainda invisíveis para o trabalho que as mulheres vêm executando na esfera da segurança pública.

4.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Laís. Um olhar de gênero: visibilizando as precarizações ao longo das cadeias produtivas. In: ABRAMO, Laís e ABREU, Alice de P. **Congresso Latino Americano de Sociologia do Trabalho**. SP: ALAST, 1998, p. 39 a 61.

BRUSCHINI, Cristina. O Trabalho da Mulher Brasileira nas décadas recentes. In: **Revista Estudos Feministas**, vol.2, nº3 out/1994. IFCS/UFRJ-PPCIS/UERJ. Rio de Janeiro.1994.

CALAZANS, M.E. de. **A constituição de mulheres em policiais: um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado) – UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Porto Alegre, 2003.

_____, M.E. de. Polícia e gênero: mulheres na polícia ostensiva. In: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, 2007.

CAPELLE, Mônica C. Alves. **O trabalho feminino no policiamento operacional: subjetividade, relações de poder e gênero na 8ª Região de Polícia Militar de Minas Gerais**. Tese (Doutorado) – CEPEAD – Centro de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, Belo Horizonte, 2006.

CASTRO, Mary G; LAVINAS, Lena. **Do feminismo ao gênero: a construção de um objeto**. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1997.



CRUZ, Maria Helena Santana. **Cidadania, crise do trabalho e gênero: desafios para estabilização dos direitos.** In: Educação e cidadania: questões contemporâneas / Paulo S. C. Neves (org.). – São Paulo: Cortez, 2009.

_____, Maria Helena Santana. **Trabalho, gênero, cidadania: tradição e modernidade.** São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005.

_____, Maria Helena Santana. Cidadania, crise do trabalho e gênero: desafios para estabilização dos direitos. In: **Educação e cidadania: questões contemporâneas /** Paulo S. C. Neves (org.). – São Paulo: Cortez, 2009.

FERREIRA, Aldo Bruno. **Tropas de Choque e os Direitos Humanos.** (Especialização) – PRONASCI/ULBRA, Canoas, 2008.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. Laboriosas mas redundantes: gênero e mobilidade no trabalho no Brasil dos anos 90. In: **Revista de Estudos Feministas.** Florianópolis: UFSC, 2001.

HALL, S. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais de nosso tempo.** Educação & Realidade, Porto Alegre, v.22 n.2, p.15-46, 1997.

_____, S. **A identidade cultural na pós-modernidade /** Stuart Hall; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 7 ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HIRATA, Helena. Crise Econômica e emprego das mulheres: um estudo de caso na indústria brasileira. In: **Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2002, p. 173-194.

_____, Helena. Da polarização das qualificações ao modelo de competência. In: J.C. Ferreti (org.) D.M.I Zibras, F.R. Madeira e M.P.B. Franco. **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar.** 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____, Helena. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos Reuillard (UFRGS). In: **Sociologias.** Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 24-41

LISTGARTEN, Silvia Caroline. **Diagnóstico identitário da policial feminina na Polícia Militar de Minas Gerais.** Monografia (Especialização) do Curso Superior de Administração Pública. Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2002.

LOMBARDI, Maria Rosa. Profissão: oficial engenheira naval da Marinha de Guerra do Brasil. In: **Revista Estudos Feminista.** Florianópolis, 2010.



MOREIRA, Rosemeri; WOLFF, Cristina Sheibe. A ditadura militar e a face maternal da repressão. In: **Dossiê gênero, feminismos e ditadura**. Ano X, 2º semestre 2009, p. 56-65.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

NEVES, Paulo Sérgio da Costa. Reconhecimento e desprezo social, ou dilemas da democracia no Brasil contemporâneo: algumas considerações á luz das cotas nas universidades públicas. In: **Educação e cidadania: questões contemporâneas** / Paulo S. C. Neves (org.). – São Paulo: Cortez, 2009.

PITANGUY Jacqueline; MIRANDA, D. A.. **As Mulheres e os Direitos Humanos**. In: Cepia. (Org.). O Progresso das Mulheres no Brasil.. 1 ed. Brasília: Unifem e Fundação Ford, 2006, v. , p. 14-32. PORTO, Maria Stela Grossi. Realidade, representações sociais e Segurança Pública: uma interpretação. In: **Segurança pública: representações sociais e políticas de formação**/ org. Joelina Menezes. São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

PORTO, Maria Stela Grossi. Realidade, representações sociais e Segurança Pública: uma interpretação. In: **Segurança pública: representações sociais e políticas de formação**/ org. Joelina Menezes. São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

POSTHUMA, Anne Caroline. Mercado de trabalho e exclusão social da força de trabalho feminina. In: ABRAMO, Laís e ABREU, Alice de P. Congresso Latino Americano de Sociologia do Trabalho. **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana**. SP: ALAST, 1998, p. 21 a 38.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**/ Elisabeth Roudinesco; tradução: André Telles. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

SCHACTAE, Andrea Mazurok. **Policial Feminina: representações do feminino na legislação da PMPR**. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 7: Gênero e Preconceitos, 2006, Florianópolis, SC. Anais - Seminário Internacional fazendo gênero 7: gênero e preconceito. Florianópolis, SC: Mulheres, 2006.

SCHACTAE, Andréa Mazurok. **Vestindo a farda: a identidade da mulher militar na polícia feminina no Paraná em 1977**. PR: Capes, 2010.

SOARES, Barbara Musumeci. **Mulheres policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro**/ Barbara Musumeci Soares, Leonarda Musumeci; com Luciane Patrício e Angélica de Faria Silva. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SOUZA, Marcos Santana de. **Elas não servem pra guerra: presença feminina e representações sociais de gênero na Polícia Militar de Sergipe**. 2009. 125p.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Monografia (Especialização em Segurança Pública) do curso de Pós-Graduação em "Violência, criminalidade e políticas públicas". Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2009.

TAKAHASHI, Emília E. Homens e mulheres em campo: um estudo sobre a formação da identidade militar. Campinas, 2002. Tese (doutorado) – UNICAMP

- Consulta à Web:

D'ARAÚJO, Maria C. Mulheres, homossexuais e Forças Armadas no Brasil. In: [HTTP://www.resdal.org/lasa-04-daraujo.pdf.html](http://www.resdal.org/lasa-04-daraujo.pdf.html) acesso em: 28/02/2011.